

Revolucionárias e esquecidas: literatura de autoria feminina no modernismo brasileiro

Revolutionary and forgotten: literature by women authors in Brazilian modernism

Cristina Löff Knapp

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

O modernismo brasileiro foi marcado pela irreverência e pela manifestação de diversos autores tanto nas artes como na literatura. Todavia, existem alguns que apresentaram ideias tão revolucionárias e mesmo assim ficaram no esquecimento. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo trazer à tona estudos sobre duas escritoras pouco conhecidas do período modernista brasileiro: Madame Chrysanthème, pseudônimo de Cecília Bandeira de Mello Rebelo de Vasconcelos e Ercília Nogueira Cobra. A pesquisa é de caráter bibliográfico ancorada nos estudos culturais de gênero, na linha do resgate de escritoras do início do século XX. O referencial teórico basilar são os estudos de Mott (1986), Euletério (2022), Nascimento (2021) e Daflon e Sorj (2021), a fim de ressaltar a importância do estudo dessas autoras e o seu silenciamento na historiografia literária brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Modernismo. Gênero. Madame Chrysanthème. Ercília Nogueira Cobra

ABSTRACT

Brazilian modernism was marked by irreverence and the manifestation of several authors both in the arts and in literature. However, there are some who presented such revolutionary ideas and yet remained in oblivion. Thus, the present article aims to bring to light studies on two little-known writers of the Brazilian modernism: Madame Chrysanthème, pseudonym of Cecília Bandeira de Mello Rebelo de Vasconcelos, and Ercília Nogueira Cobra. This bibliographical research is grounded on Gender and Cultural Studies, in line with the rescue of women writers of the early twentieth century. The basic theoretical framework are the works of Mott (1986), Euletério (2022), Nascimento (2021) and Daflon and Sorj (2021), in order to highlight the importance of the study of these authors and their silencing in Brazilian literary historiography.

KEYWORDS

Cristina Löff Knapp

Licenciatura Plena em Língua Portuguesa pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999), Mestrado em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002) e Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Docente da Universidade de Caxias do Sul, atuando no Curso de Letras, e no Mestrado em Letras e Cultura. <https://orcid.org/0000-0002-1593-8734>

Recebido em:
16/07/2022

Aceito em:
15/09/2023

NOVEMBRO/ 2023
ISSN 2317-9945 (ON-LINE)
ISSN 0103-6858
P. 07-18

Modernism. Gender. Madame Chrysanthème. Ercília Nogueira Cobra.

1. Introdução

O ano de 2022 marca o centenário da Semana de Arte Moderna. Evento que movimentou a intelectualidade brasileira em 1922. Foram três dias intensos de apresentações, discussões e exposições de arte e literatura. A intelectualidade brasileira reuniu-se para reivindicar menos rigor formal e métrico nas composições, maior liberdade para criar e, acima de tudo, a valorização da brasilidade, da originalidade e do popular.

A Semana da Arte Moderna consagrou e marcou o nome de alguns autores no cânone nacional e na historiografia literária brasileira. Desse período, na literatura, sobressaem-se os nomes de Oswald de Andrade e Mário de Andrade, entretanto nos perguntamos: e não existiam escritoras? A resposta é bem simples. Sim, porém ficaram silenciadas pela cultura patriarcal. As mulheres quando conseguiam publicar reivindicavam os seus direitos, e ao que parece, suas obras eram tão ou mais polêmicas que as dos Andrades. Sendo assim, o objetivo primordial deste estudo é trazer à tona o resgate de duas escritoras esquecidas pela historiografia literária brasileira: Madame Chrysanthème, pseudônimo de Cecília Bandeira de Mello Rebelo de Vasconcelos e Ercília Nogueira Cobra. As duas publicaram no período modernista e, como nos assinala Eleutério (2022, p. 244), suas obras “foram mobilizadas por interesses prementes das mulheres em se tornarem cidadãs, na chamada república das letras”. Hoje o trabalho de resgate dessas autoras é de fundamental importância, a fim de ecoar essa literatura que ficou à margem.

2. Revolucionar nos anos 20: as vozes femininas que emergiam por meio da escrita

Publicar textos literários no final do século XIX e início do século XX não era muito fácil, isso porque a maioria dos escritores eram homens. E, não havia nada de muito anormal, visto que a educação era muito restrita para as mulheres. Muitas moças eram educadas apenas com o básico, a fim de acompanhar o marido. Aliás, o direito à educação era uma reivindicação do sujeito feminino.

Algumas mulheres que viviam reclusas, principalmente as que se dedicavam à vida religiosa, de certa forma, conseguiam escrever. Perrot (2008) esclarece que os conventos “eram lugares de abandono e de confinamento, mas também refúgios contra o poder masculino e familiar. Lugares de apropriação do saber, e mesmo de criação” (PERROT, 2008, p. 84).

Perrot (2008) complementa que o saber que estava disponível para leitura de muitas mulheres era construído a partir da visão masculina. O homem, na maioria das vezes, era o autor dos romances e outros escritos que chegavam até elas. “As representações literárias não são neutras, são encarnações ‘textuais’ da cultura que as gera. Excluídas do processo de criação cultural, as mulheres estavam sujeitas à autoridade/autoridade masculina” (TELLES, 2004, p. 341). Dessa forma, para a igualdade dos direitos era importante oferecer às mulheres o acesso à leitura e à escrita. Nas palavras

de Telles:

[...]tiveram de ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta ou catecismo. A seguir, de um modo ou de outro, tiveram de rever o que se dizia e rever a própria socialização. Tudo isso tornava difícil a formulação do eu, necessária e anterior à expressão ficcional (TELLES, 2004, p. 337).

Duarte (2017) argumenta que a partir do momento em que a leitura e a escrita entraram no cotidiano das mulheres ocupou lugar em suas vidas. Assim, surgiu a crítica e o questionamento da sua condição. Observa-se que isso só foi possível pela leitura, pois despertou a consciência “da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e proporcionou o surgimento de escritos reflexivos e engajados” (DUARTE, 2017, p. 14).

Embora tenham emergido textos engajados e reflexivos, como revela Duarte, isso não foi suficiente para que as escritoras figurassem em Manuais de Literatura. Eram lidas no período em que viveram, todavia hoje estão esquecidas. Uma delas foi Ercília Nogueira Cobra, uma das autoras foco de nosso estudo. Os títulos da autora eram muito revolucionários para a época e traziam à tona uma discussão muito pertinente: a submissão feminina ao sujeito androcêntrico.

Além disso, o que muitas autoras reivindicam com seus escritos era o direito à educação e ao trabalho na esfera pública, não somente no recanto do lar para todas as mulheres, mas também assumir funções que eram somente dos homens, como advogar, clinicar entre tantas outras profissões. Lutar pelo reconhecimento fora da esfera privada seria uma conquista para aquelas que eram vistas somente a partir da presença masculina. Simone de Beauvoir (1967) afirma que

o homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o ‘sexo’ para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (BEAUVOIR, 1967, p. 10).

Na sociedade patriarcal, a representação feminina só existe a partir do homem. A mulher era responsável por cuidar dos filhos e do marido. O caráter, o sucesso e o fato do homem ser bom ou mau dependia dela. Caso o homem viesse a ter uma conduta indesejada pela sociedade, a mulher seria responsabilizada por tal conduta. Rago (1985) explicita que esse modelo de mulher mãe,

[...] implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido (RAGO, 1985, p. 65)

O acesso à educação foi uma via de incorporação ao meio letrado, no século XIX, e uma maneira de libertar-se do espaço privado. Louro (2004) destaca o quão relevante o magistério foi como elemento propulsor da inserção delas em um novo ambiente, fora do doméstico.

A autora ainda esclarece que os homens eram responsáveis por educar os meninos; e as mulheres, as meninas. Contudo, aos primeiros cabia ensinar geometria e as jovens bordado e costura. Isso notabiliza o preconceito de gênero. Louro (2004, 371) aponta que a conduta das professoras e o seu ambiente familiar deveria ser exemplar, “pessoas de moral inatacável”. A moral masculina nunca era questionada, herança de uma cultura patriarcal, elevando apenas a inteligência do homem e renegando a mulher à educação.

Por isso, quando conseguiam publicar se escondiam atrás de pseudônimos. Duarte (1997, p. 54) assinala que muitas mulheres utilizaram um pseudônimo masculino, com a intenção de proteger-se de críticas. A autora lembra que algumas até tinham o talento, porém, se na família já existia um homem escritor, elas deveriam permanecer nas sombras, ocultas para não ofuscar o brilho do outro.

Além disso, as publicações de autoria feminina, em muitos momentos, deveriam seguir os estereótipos já consagrados pela sociedade patriarcal, conforme nos anuncia Zolin (2009). Assim, focavam na dualidade da visão da mulher, ora sedutora, perversa ou angelical, ora doce e indefesa. Quando isso não era evidenciado, havia fortes críticas à autora e à sua obra ficava no esquecimento. As poetisas, como nos informa Muzart (1997), geralmente eram bem-aceitas e sempre lembradas, contudo as romancistas, ensaístas tendiam a cair no esquecimento. E, mais uma vez, isso se dá ao gênero da obra, poemas traziam à tona pessoas mais delicadas e românticas, e isso estava de acordo com a sociedade patriarcal. Duarte (1997) salienta que:

[...] o anonimato – a máscara perfeita da invisibilidade - permitiu às mulheres escamotear o conflito que deve ter sido para muitas um motivo de angústia: ou proteger-se e ter vida privada, ou assinar uma obra e expor-se pela publicação de suas ideias. Entre o ideal feminino e a imagem de artista havia, nesses tempos, uma incompatibilidade quase inconciliável (DUARTE, 1997, p. 57-58).

O uso dos pseudônimos não deve ser visto como algo negativo, e sim como uma maneira encontrada por muitas mulheres para publicarem e terem seus livros ou artigos em jornais e revistas aceitos na sociedade patriarcal. E uma das autoras que se utilizou de pseudônimos foi Cecília Bandeira de Mello Rebelo de Vasconcelos.

3. Os gritos femininos na voz de Madame Chrysanthème

Madame Chrysanthème era o pseudônimo da escritora Cecília Bandeira de Mello Rebelo de Vasconcelos (1869-1948). Filha da também escritora Carmen Dolores (pseudônimo de Emília Dulce Moncorvo Bandeira de Mello). Chrysanthème foi jornalista, contista, romancista, cronista, aliás, no jornal *O País*, assinou a coluna “Vida feminina”, de 1914 a 1939. Eleutério elucida a respeito da jornalista:

Tendo sido uma das primeiras mulheres a vivenciar experiências fora da esfera privada, (...) soube aproveitar-se dessa condição de alargamento de horizontes para tecer enredos mordazes denunciadores da subserviência de mulheres aos homens e toda a sorte de artifícios que algumas delas perpetravam para continuar a ter

dependência de seus maridos ou amantes, desde que fossem amparadas economicamente (ELEUTÉRIO, 2022, p. 247).

A longa citação da estudiosa deixa clara a posição de Chrysanthème a respeito da dependência e submissão a que muitas mulheres se sujeitavam. Isso porque, segundo ela, todas deveriam lutar pela sua independência financeira e sua emancipação. Aquelas que não o faziam eram criticadas veementemente por Chrysanthème. Suas obras publicadas entre os anos de 1921 e 1922, data da Semana de Arte Moderna, tinham como cerne de discussão o trabalho e os conflitos amorosos que colocavam em evidência tantas mulheres casadas, como divorciadas, viúvas e as demais insatisfeitas com a sua condição de submissão.

Além de publicar em jornais da época, a autora lançou vários livros: *Flores modernas* (1921), *Enervadas* (1922), *Gritos femininos* (1922), *Uma estação em Petrópolis* (1923), *Uma paixão* (1923), *Mãe* (1924), *Memórias de um patife aposentado* (1924), *Almas em desordem* (1924), *Vícios modernos* (1925), *Matar!* (1927), *Minha terra e sua gente* (1929), *O que os outros não vêem* (1929), *A mulher dos olhos de gelo* (1935), *Cartas de amor e de vício* (1935) e *A infanta Carlota Joaquina* (1936). Pelos títulos das obras podemos constatar que estamos diante de uma autora bastante revolucionária para a sua época, tendo como principal objetivo chocar as pessoas, além de denunciar e escandalizar a sociedade na tentativa de alertar as mulheres a respeito da condição de submissão em que viviam na sociedade.

A luta por um trabalho digno, que pudesse proporcionar a mulher condições de sobrevivência sem o auxílio de um homem, era uma das temáticas muito defendida pela autora. A educação era outra batalha. Porém, não bastava apenas ser educada para saber se portar em eventos na sociedade ou acompanhar o marido. A luta aqui é por uma educação intelectual, que desse a mulher condições de publicar textos reflexivos, romances, artigos críticos. Chrysanthème escreveu e publicou muito artigos e vários livros, utilizando o seu pseudônimo.

Aliás, o pseudônimo da autora Madame Chrysanthème é de origem francesa, fazendo alusão a um romance de grande repercussão no momento, de autoria de Pierre Loti. A personagem na narrativa francesa, que se chama Chrysanthème, segundo as informações de Gens (2017), é uma moça acompanhante de um marinheiro francês e sua função é apenas diverti-lo. Ousamos apontar que talvez a escolha tenha sido uma forma de criticar as mulheres que se submetiam a este tipo de função. Todavia, o que a autora procurava deixar em evidência era a necessidade de o sujeito feminino romper com as convenções e as regras sociais a que estava submetida. Como nos pontua Rosa Gens (2017):

A nova mulher, moderna, é perseguida por Cecília Vasconcelos em suas obras. Suas protagonistas não agem segundo as convenções. Desfilam pelas ruas da cidade surpreendendo os transeuntes, usam o sexo como elemento de poder, aplicam-se morfinas, namoram a morte e dançam o fox-trote (GENS, 2017, p. 1115).

Com isso, é possível verificar que os textos de Chrysanthème vão muito além de discutir identidade nacional ou ir na contramão dos padrões de métrica e rima pregados anteriormente pelo parnasianismo e que foram

tão defendidos pelos autores modernistas. O que se propõe é a discussão de uma mulher moderna que questione e lute por uma sociedade mais justa e pelo direito ao trabalho. Evidentemente, para fazer isso, Chrysanthème utiliza-se da irreverência, da ironia e da denúncia social.

Uma de suas obras publicada em 1922 tem como título *Enervadas* e traz como protagonista Lucia, uma mulher divorciada que relata a sua história na forma de um diário. A tônica do romance é a vida da personagem que foi diagnosticada pelo seu médico como histérica ou doente dos nervos. Maria de Lourdes Eleutério (2022) assinala sobre o romance:

Em *Enervadas*, Lúcia, divorciada, conta sua própria vida sob o impacto de um diagnóstico comum à época: trata-se de uma enervada, pois ‘o que a obriga a procurar sempre novas sensações e frequentes emoções, o que a torna, enfim, senhora de uma alma complicada e ansiosa [...]’ (ELEUTÉRIO, 2022, p. 248).

Era muito comum, na época, algumas mulheres que não se encaixavam nos padrões impostos pela sociedade, ora por serem questionadoras, ora por quererem ter experiências diferentes daquelas tradicionais, serem diagnosticadas como histéricas. Para essas jovens, a única saída era a reclusão em manicômios ou conventos, afastadas do convívio familiar. Madame Chrysanthème tematizou esse e outros temas nos seus livros, deixando de lado a liberdade formal, a paródia e outros estilos que o modernismo defendia. Embora do mesmo período, a escrita da autora foca nos interesses das mulheres, assim como fez Ercília Nogueira Cobra, e talvez seja por isso que ficaram no esquecimento.

4. Ercília Nogueira Cobra: “ a mulher (...) não pode servir de tapete para os pés do homem”

Ercília Nogueira Cobra foi uma escritora paulista nascida em 1891. Veio de uma família abastada que acabou perdendo tudo. Era a segunda filha de um grupo de seis irmãos. Com a morte do pai, a mãe e os irmãos vão para o interior. Porém, Ercília não se adapta e volta para a cidade de São Paulo, com a irmã mais velha. Na verdade, as duas fogem do lugar e foram acolhidas no Asilo Bom Pastor, que tinha a intenção de educar meninas em situação de vulnerabilidade social. Na década de 20, formou-se professora.

Em 1934 foi morar em Caxias do Sul, cidade serrana, no Rio Grande do Sul, devido aos problemas familiares. Em Caxias estabeleceu-se na Casa Royal, um cabaré na rua Bento Gonçalves assumindo o nome de Suzy. Era conhecida como Suzy do Royal, segundo as considerações de Mott (1986). E, seguindo essas informações, Suzy não era uma prostituta, mas uma pianista que viveu na casa Royal. Uma mulher muito temperamental, sempre bem vestida e elegante. Sua biógrafa entrevistou um homem que se apresentou como amante de Suzy e se disse surpreso ao saber que ela era a dona da casa Royal, para ele era apenas a pianista. Questionado sobre Suzy ser escritora, informou que suspeitava disso, mas não tinha certeza, uma vez que jamais falava sobre o seu passado para qualquer pessoa. Era uma mulher muito reservada, porém de temperamento muito forte e extravagante.

Depois de sua passagem por Caxias do Sul, não se tem mais notícias

concretas de Nogueira Cobra. Algumas pessoas entrevistadas em Caxias do Sul, por Mott, dizem que ela voltou para São Paulo. Mott conseguiu contato com uma parente distante de Ercília, D. Maria Custódia Mucci, que trouxe relatos de vários momentos em que a escritora teria sido presa, tanto no Rio Grande do Sul como no Paraná. Inclusive, menciona que Ercília teria sido enviada para o presídio Maria Zélia, em São Paulo, lugar onde eram colocados os presos acusados de serem comunistas. Depois, sabe-se que D. Maria Custódia Mucci entrevistou e conseguiu transferência para Nogueira Cobra. Porém, não se sabe ao certo para onde e não se tem registros exatos desses dados.

Segundo Mott (1986), tem-se poucas informações sobre a sua vida após a passagem por Caxias do Sul. Sabe-se que aqui foi presa e interrogada várias vezes a respeito de suas ideias revolucionárias. Ideias essas apresentadas em suas obras intituladas *Virgindade anti-higiênica: preconceitos e convenções hipócritas* (1924) e *Virgindade inútil: novela de uma revoltada* (1927). Conforme as considerações de Mott (1986):

[...] Ela estava desesperada. Uma vez ela tentou se matar [...] ela foi interrogada durante a noite, sempre nua, sempre muito maltratada; porque o interrogatório dela sempre girava em torno de sexo, ninguém interrogava a opinião política dela [...] só queriam saber o que ela pensava dos homens, os homens estavam muito machucados com a opinião dela [...] (MOTT, 1986, p. 99).

A preocupação da opinião pública estava relacionada às ideias que a autora defendia, uma vez que eram revolucionárias para a época e tinham a intenção de questionar a posição da mulher na sociedade e no seu próprio lar. Nascimento (2021, p. 19) salienta que não causa estranhamento o fato de Nogueira Cobra ter ficado esquecida, porque suas obras tinham a intenção de romper com a subjugação feminina. Seus livros circulavam entre as obras pornográficas da época e, nas palavras de Daflon e Sorj (2021), eram consumidos pelos rapazes, mas escondidos das moças.

Nogueira Cobra, conforme relatos de sua biógrafa, Mott (1986), era caracterizada pelas pessoas que a conheceram como revolucionária, moderna demais para o período, temperamental e tantos outros atributos dessa mesma família. Não podemos esquecer que, na década de 20, mesmo o modernismo vigente com a baliza de revigorar a literatura, a linguagem e a forma de fazer a arte no Brasil, a sociedade era e ainda é patriarcal e conservadora. A igreja católica pregava que a mulher deveria casar virgem e ter devoção ao marido. Além disso, as relações conjugais, ou melhor, o sexo priorizava a procriação e não o prazer feminino. Na obra *Virgindade inútil: novela de uma revoltada* (1927), a autora, na observação que figura como uma espécie de introdução à obra, aponta:

Tenho observado que o falso sentimento de pudor, que fez do ato do amor uma vergonha para a mulher, é um sentimento medieval, criado pelo misticismo dos sacerdotes que, ignorantes como eram, nada entendiam de fisiologia e não ligavam a devida importância à nobre função do amor. O amor físico é tão necessário à mulher como o comer e o beber (COBRA, 2021, p. 115).

O trecho da obra denota a postura crítica e incisiva que Nogueira Cobra tinha, traçando fortes ataques à igreja e defendendo a insubmissão fe-

minina. Ao fazer isso, a autora causa certo desconforto na sociedade da época. Seus escritos eram vistos como subversivos. Sabe-se que, em um período patriarcalista, a visão que se tinha de uma mulher escritora diferia em muito de Ercília. Telles (2004, p. 423) assinala que “uma mulher que falasse agressivamente ou afirmativamente, o que nos homens era sinal de personalidade, era considerada mal-educada, treloucada e até histérica”.

A escrita de autoria feminina era bem-aceita pelo sujeito masculino quando era comportada ou recatada, como poemas mais sentimentais, ou publicações em revistas com receitas ou dicas de como receber bem o marido no recanto do lar. Fora isso, as mulheres que ousavam publicar com palavras mais ousadas eram sempre muito criticadas. E foi isso que aconteceu com Nogueira Cobra.

O primeiro livro de Nogueira Cobra a circular foi *Virgindade Anti-Higiênica, preconceitos e convenções hipócritas* (1924), escrito quando a autora tinha 33 anos. A primeira edição foi publicada por Monteiro Lobato. Logo o livro foi apreendido pela polícia, visto que foi acusado de ser pornográfico. A segunda edição foi reeditada pela própria Ercília. Daflon e Sorj (2021) salientam a respeito da obra:

Um dos pontos centrais é a reivindicação da liberdade de controle e do uso do próprio corpo pela mulher. Estava em voga o higienismo, uma versão latino-americana da teoria da eugenia que buscava a aprimoramento racial da população e a criação de uma nação moral e fisicamente sadia por meio da educação, da saúde e do controle da sexualidade (DAFLON; SORJ, 2021, p. 203-204).

Ainda segundo o estudo de Daflon e Sorj (2021, p. 204), Nogueira Cobra, com sua primeira obra, criticava o discurso higienista da época, porque “conter a sexualidade com leis morais e convenções era uma violência contra o indivíduo e a espécie humana.” Ao tematizar a respeito da virgindade feminina, Nogueira Cobra choca-se com a opinião da sociedade e, principalmente, da Igreja Católica, a qual pregava que todas as mulheres deveriam casar puras e praticar a monogamia. Já para os homens tudo era permitido, e tanto a sociedade quanto a Igreja aceitavam tudo como uma postura normal dos homens. A obra era uma espécie de grito, uma voz que clamava por justiça e dignidade ao sujeito feminino. Vejamos um trecho da parte introdutória o qual a autora intitula de “Ao público”:

O meu livro foi escrito com o único fito de mostrar o quanto é errada a educação que se vem ministrando à mulher. As milhares de infelizes que de Norte a Sul do país vendem o corpo para comer foram levadas e este extremo pela própria imprevidência dos pais, que jamais pensam no futuro das filhas [...] O meu livro foi escrito pela indignação que me sufoca quando passo por estes antros espalhados pelas cidades onde as infelizes do meu sexo servem de pasto à concupiscência bestial do homem (COBRA, 2021, p. 56).

A longa citação enfatiza o tom da obra da autora. Uma crítica veemente ao comportamento masculino da época e ao modo como as mulheres eram educadas. Na verdade, a falta de uma educação adequada para o sujeito feminino, que a preparasse para o mercado de trabalho, ou melhor, para a vida fora do ambiente privado. Outro dado importante é verificarmos como a autora percebe o sujeito masculino, como o dominador. A escrita de No-

gueira Cobra é revolucionária para a época, trazendo à tona uma linguagem inovadora e subversiva, rompendo com os romances até então publicados. Como elucida Nascimento (2021) a autora era:

Modernistas, então, não somente pelas ideias inovadoras como também pelo uso da linguagem numa função subversiva - de suma importância dentro do movimento - para representar a si própria como enunciado do papel social que queria desempenhar perante a sociedade, a estrutura de poder e as práticas ideológicas dominantes (NASCIMENTO, 2021, p. 21).

A tese defendida por Nogueira Cobra (2021, p. 56), em seu primeiro livro, é a de que “noventa por cento das mulheres que estão nos prostíbulos ali não caíram por vício, mas por necessidade”. Isso porque muitas sofreram com atos de violência, sendo violentadas, iludidas por algum homem e até abandonadas pelas suas famílias. Como não era preparada para trabalhar na esfera pública, sua única saída era a prostituição.

Já a sua segunda obra, *Virgindade inútil: novela de uma revoltada* (1927), apresenta o oposto de tudo o que a sociedade androcêntrica esperava de uma publicação de autoria feminina. O eixo norteador não é uma protagonista apaixonada vivendo um romance, mas sim a mulher marginalizada, aquela que ficou à borda da sociedade: a prostituta, a questionadora ou revoltada, a doente, enfim, aquelas que não faziam parte do cânone feminino social. E, em alguns casos, fizeram essa escolha por serem deixadas de lado pela família, como já mencionamos. A prostituição, para algumas, era a única forma de ganhar a vida. Não estava lá por escolha, por prazer, mas sim por necessidade. Nascimento (2021, p. 30) afirma que “trata-se de um romance utópico, com forte crítica social por meio de imagens positivas de uma sociedade melhor, de acordo com a defesa ideológica pelas mulheres”.

A protagonista da obra é chamada de Cláudia, uma moça que foi educada em escola de freiras, e de uma família de boas condições financeiras. Quando o pai vem a falecer e o avô também, tudo piora. A mãe não consegue administrar a herança e acaba sendo enganada por um advogado. Assim, a jovem percebe que precisa trabalhar, todavia constata que sua educação não serve para o trabalho.

Dessa forma, a busca por um emprego expõe a personagem a uma condição marginal. Isso acontecia com muitas moças da época, se buscavam ocupação em uma casa de família, eram rejeitadas, por serem muito jovens, o que ocasionaria problemas de traição no casamento dessas famílias. A maioria das mulheres sabia que seus maridos tinham relações extraconjugais, inclusive com as empregadas da própria casa, e manter uma moça jovem seria mais um problema.

Também o emprego na esfera pública, repartições ou comércio não tinha êxito, visto que se as mulheres jovens faziam isso desacompanhadas eram assediadas. Muitas vezes, esse assédio acabava em violência sexual. A mulher violada, além de ter sofrido, deveria provar para a justiça que o homem era o culpado, visto que a alegação sempre recaía sobre elas: estava sozinha, desacompanhada, assim a culpa foi dela. Na verdade, o espaço público era o território masculino e o privado do feminino. E a conquista desse espaço público era uma reivindicação das mulheres, por meio da educação que lhes proporcionaria um trabalho mais digno fora da casa. A tônica da

obra de Nogueira Cobra é a educação para o sujeito feminino. Nas palavras de Souza (2016, p. 54), “a falta de estudos voltados para o trabalho é um dos fortes laços que subjagam a mulher diante do homem”.

5. Considerações Finais

Os escritos literários foram e ainda são uma forma de manifestação do pensamento emancipatório da mulher. Assim, elas conquistaram seu espaço e vale lembrarmos que a escrita de autoria feminina tem um significado diferente. As autoras produzem sentidos diversos dos autores masculinos em suas narrativas. Por isso, a representação do sujeito feminino tem um outro olhar. Lê-se como mulher para se produzir um significado como mulher. Já o homem lê como homem e procura representar o significado como mulher. Maria da Glória de Castro Azevedo (2016) salienta sobre as mulheres escritoras: “[...] desenvolveram uma nova relação com a linguagem que as retira do âmbito do sujeito passivo, das repetidoras e mantenedoras dos valores patriarcais presentes nas narrativas e as coloca diante de uma nova postura ativa com relação à mudança discursiva” (AZEVEDO, 2016, p. 54).

No período modernista, como vimos com as autoras Madame Chrysanthème e Ercília Nogueira Cobra, houve uma inovação em seu fazer literário. As obras não focalizam personagens doces e meigas, mas sim mulheres que questionaram os padrões vigentes da sociedade androcêntrica, e, como afirma Azevedo (2016, p. 54), “a linguagem passa a ser desestabilizadora e abre espaço para outras representações sociais em que o sistema tradicional de imagens literárias cede espaço para uma nova alternativa de escrita através do discurso gendrado”.

Dessa forma, por meio dos estudos culturais de gênero, podemos fazer o resgate dessas escritoras tão revolucionárias para sua época, mas que ficaram à margem do cânone literário brasileiro. O período modernista teve a perspectiva de romper com os padrões vigentes da época, porém silenciou as autoras que buscaram discutir a condição subalterna da mulher. Assim, mais uma vez, reforça-se a importância de trazer à tona essas vozes silenciadas a fim de torná-las mais uma vez públicas.

Referências

AZEVEDO, Maria da Glória de Castro. Representações femininas na literatura: uma leitura do conto A solução, de Clarice Lispector. **Humanidades & Inovação**, v. 3, n. 3, p. 53-58, 2016. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/217>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Vol. 2. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

COBRA, Ercília Nogueira. **Virgindade inútil e anti-higiênica**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

COBRA, Ercília Nogueira. **Virgindade inútil: novela de uma revoltada**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila. **Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2021.

DUARTE, Constância Lima. O cânone e a autoria feminina. *In*: SCHMIDT, Rita Terezinha (org.). **Mulheres e Literatura: (trans)formando identidades**. Porto Alegre: Editora Palloti, 1997.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Elas eram muito modernas. *In*: ANDRADE, Gênese (org.) **Modernismos 1922-2022**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 243- 269.

GENS, Rosa. Cecília Vasconcelos e as modernas mulheres: a figuração de Chrysanthème. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491260585.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371- 403.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Biografia de uma revoltada- Ercília Nogueira Cobra. *In*: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 58, agosto, p. 89-104, 1986.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. *In*: SCHMIDT, Rita Terezinha (org.). **Mulheres e Literatura: (trans) formando identidades**. Porto Alegre: Editora Palloti, 1997, p. 79- 89.

NASCIMENTO, Imaculada. Corpos indóceis, mentes livres: a obra de Ercília Nogueira Cobra. *In*: COBRA, Ercília Nogueira. **Virgindade inútil e anti-higiênica**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021. p. 11-43.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-442.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. *In*: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria Literária: abordagens históricas e ten-**

